

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 266 - Brasília, sexta-feira, 12 de julho de 1996

## Coutinho quer solução para pequenas cidades

Para o senador Coutinho Jorge, o Brasil precisa discutir solução não apenas para as metrópoles, mas também para as pequenas e médias cidades. Pág. 6

## Projeto veda a intermediação de verbas públicas

Página 3



Presidida pelo senador Nabor Júnior, a comissão especial (foto) destinada a definir uma política para o desenvolvimento da Ama-

zônia decidiu ontem convidar o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, para debater a elaboração do Orçamento de 1997. Pág. 7

# Escuta telefônica poderá ser aceita como prova na Justiça

Projeto aprovado pelo Senado prevê que pedido só será autorizado pelo juiz diante da evidência de crime grave. "Grampo" em computador fica fora da regulamentação

## Propostas sobre reforma agrária terão emendas por cinco sessões

Dois projetos que tratam de reforma agrária ficarão à espera de emendas dos senadores durante as próximas cinco sessões, quando então serão votados. Ontem, as matérias receberam parecer em plenário. O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou substitutivo a um dos projetos, de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), o qual autoriza o governo a pedir revisão dos valores de terras desapropriadas, quando ficar constatado que foram fixados acima do preço de mercado.

O outro projeto, de autoria do senador Flaviano Melo (PMDB-AC), recebeu parecer favorável, com duas emendas, do senador Nabor

Júnior (PMDB-AC). O projeto tenta pôr fim a uma manobra de donos de fazendas a serem desapropriadas para reforma agrária, recorrendo ao seu parcelamento ou promovendo melhorias. Impede modificações na titularidade, utilização ou tamanho do imóvel nos dois anos após a vistoria do Incra.

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Campo Grande (MS) a tomar empréstimo de R\$ 1,3 milhão junto à Finep para aplicação no plano diretor de transportes da cidade. Também recebeu aprovação uma emenda ao texto de constituição da Organização Marítima Internacional (IMO).

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que regulamenta a escuta telefônica no País, prevista no artigo 5º da Constituição. Com isso, os juízes passarão a aceitar como prova judicial a escuta telefônica feita pela polícia, desde que autorizada judicialmente. Pelo projeto, quem fizer escuta telefônica sem



Jefferson Peres

autorização de um juiz estará cometendo crime, cuja pena será de dois a quatro anos de prisão.

O relator do projeto, senador Jefferson Peres (PSDB-AM), retirou da proposta que veio da Câmara a possibilidade de se fazer "grampo" de computadores, sob o argumento de que a Constituição permite apenas a escuta de telefones, quando autorizada por juiz. O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE),

ainda tentou aprovar a escuta na área de informática, lembrando que a polícia de Nova York descobriu que os traficantes usavam a Internet para se comunicar. Dutra, no entanto, não conseguiu os votos necessários.

As emendas aprovadas pelos senadores ainda serão apreciadas pela Câmara. A proposta só autoriza um juiz a aceitar o pedido da polícia para interceptar telefones quando houver indícios de crime grave, o que descarta a escuta nos casos em que as evidências apontem para delitos simples.

A proposta foi aprovada com votos de todos os partidos, depois de ser defendida em plenário pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PSL-SP) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

# Miranda sugere campanha para código de trânsito

*Senador lamenta que a maioria dos políticos não dê ao assunto a importância que ele tem na vida do cidadão e pede criação de secretaria para coordenar sistema em nível nacional*

Uma ampla campanha de esclarecimento popular sobre o Código de Trânsito Brasileiro, incluído na



Miranda

pauta das matérias a serem apreciadas pelo Senado na convocação extraordinária, foi sugerida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), para quem só assim e com a imediata aplicação da novas normas poderão ser obtidos resultados positivos na luta contra a violência e a impunidade no trânsito.

Gilberto Miranda defendeu ainda a criação de uma secretaria ligada à Presidência da República, ou até mesmo a criação de um ministério extraordinário, para coordenar o Sistema Nacional de Trânsito. Ele considerou lamentável "que a maioria dos governantes e políti-

cos não confira a essa questão a importância que tem na vida do cidadão".

- É preciso dotarem-se os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito de meios capazes de

reforçar a segurança no trânsito. Somente com o provimento de recursos humanos e materiais dirigidos para o aumento sensível da fiscalização poder-se-á reverter o sinistro quadro estatístico

dos acidentes no Brasil - disse o senador, na convicção de que o projeto dará ao País "uma legislação condizente com o vertiginoso aumento da frota nacional de veículos automotores.

## Francelino anuncia rigor contra infratores

O projeto do Código de Trânsito Brasileiro é rigoroso com os que violam a lei e fazem do carro uma arma contra pessoas indefesas, muitas vezes membros de sua própria família - afirmou o senador Francelino Pereira (PFL-MG), presidente da comissão especial que examinou a matéria. O senador acredita que as mudanças propostas "muito contribuirão para minorar o quadro caótico do trânsito no País". O projeto terá sua discussão em plenário iniciada no próximo dia 18.

Para Francelino Pereira, o novo código responde à in-

quietação da sociedade "com as deploráveis estatísticas de mortos e feridos nas ruas e estradas, que fazem do trânsito no Brasil um dos mais violentos do mundo". Conforme disse, além de pesadas multas que chegam a quase R\$ 1 mil, para quem dirigir sem habilitação, alcoolizado, participar de racha ou recusar-se a prestar socorro à vítima, o motorista que atropelar e matar alguém estará sujeito à pena de até sete anos de prisão.



Francelino

Citando editorial do jornal *Estado de Minas*, onde se afirma ser impossível apontar alguém que esteja atrás das grades por ter matado num acidente de trânsito, Francelino Pereira disse que o novo código contém dispositivos rigorosos no que diz respeito aos crimes de trânsito. "Mas ainda assim determina que sejam aplicadas as regras gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal aos casos não tipificados no capítulo", garantiu.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

**9h - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 23/96, que trata de inelegibilidade.

### COMISSÕES

**6h - Comissão criada para visitar o garimpo de Serra Pelada (PA)**

Pauta: Viagem de inspeção à área.

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

### PLENÁRIO

**Segunda-feira (15.07.96)**

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 23/96.

**Terça-feira (16.07.96)**

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: \*PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

### COMISSÕES

**Terça-feira (16.07.96)**

**10h - Reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Es-**

### trutura

Pauta: \*PLC nº 32/96 (não terminativo), que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

### 18h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Lançamento regional do Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR) Internacional - 1996 - das Nações Unidas, com a presença do diretor do Escritório Regional do PNUD para a América Latina e Caribe, Fernando Zumbado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

### Quarta-feira (17.07.96)

### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: Exposição da embaixadora da Polônia, Katarzyna Skórzynska, acerca das relações econômicas Brasil-Polônia.

2ª parte: \*PLS nº 31/96 (terminativo), que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte; e \*PLS nº 32/96 (terminativo), que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, disposto sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

### Quinta-feira (18.07.96)

**9h - Comissão destinada a definir uma Política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia**

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.



José Alves

## Desenvolvimento social de Sergipe é elogiado por Alves

O senador José Alves (PFL-SE) afirmou ontem que o estado de Sergipe tem, atualmente, uma das menores taxas de mortalidade infantil da região Nordeste e o melhor desempenho em desenvolvimento humano, porque investiu prioritariamente em programas de saneamento, saúde e educação. Ele disse que tudo isso ocorre apesar de a folha de pagamento daquele estado absorver 80% de sua arrecadação.

Segundo o senador, a melhoria do nível de qualidade de vida em Sergipe não se deve exclusivamente ao fato de ter sido registrada a renda *per capita* mais elevada do Nordeste, embora seja ela mais baixa do que a de qualquer dos estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Deveu-se, conforme José Alves, aos programas desenvolvidos, em continuidade, pelos últimos governos do estado, que sempre tiveram preocupações com aspectos essenciais do progresso visando a um equilíbrio entre o econômico e o social.

José Alves destacou ainda que, apesar das graves dificuldades por que passam as administrações públicas no País, o governador Albano Franco tem sido incansável na busca de soluções e de recursos que ajudem a amenizar a crise que maltrata as populações mais carentes daquele estado.

Em apertes, os senadores Fernando Bezerra (PMDB-RN) e Josaphat Marinho (PFL-BA) apoiaram o discurso de José Alves.

# Projeto de Suplicy considera crime intermediação de verbas

*Parlamentar insiste em ouvir diretor de empresa que exige das prefeituras comissão de 30% para liberar recursos orçamentários*

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto de lei vedando a contratação de serviços de intermediação ou de assessoramento pela União, estados, Distrito Federal e municípios, quando tiverem como objetivo a liberação de verbas públicas de qualquer natureza e a obtenção de empréstimos junto às instituições financeiras oficiais. A proibição estende-se aos órgãos da administração indireta, fundacionais e empresas controladas pelo poder público.

Prevê o projeto que as infrações cometidas por parte do presidente da República, ministros, governadores, secretários ou prefeitos implicarão



Eduardo Suplicy

crime de responsabilidade. No caso, os autores estarão sujeitos à perda do cargo e inabilitação, por cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, sem prejuízo da reparação civil ao patrimônio público.

Suplicy anunciou também ter requerido à Comissão Mista de Orçamento que seja convidado o diretor da Finbank Assessoria Financeira, José Jarbas Pereira, para prestar esclarecimentos a respeito de contratos de intermediação que a empresa estaria firmando com prefeituras visando à liberação de recursos orçamentários da União, mediante a cobrança, a título de

honorários, de 30% sobre o total liberado. O senador informou que o presidente da Comissão Mista, deputado Sarney Filho, prometeu pôr o requerimento em votação na próxima quarta-feira.

Ao justificar o requerimento, Suplicy cita que o jornal *O Globo* denunciou dia 11 que a liberação de recursos orçamentários voltou a ser feita nos moldes que levaram o Congresso a instalar a CPI do Orçamento. O senador apresentou em plenário cópia do contrato-padrão que a Finbank firma com as prefeituras, exigindo, na cláusula 6ª, o pagamento da comissão de 30%. Ele lembrou que no chamado "Escândalo do Orçamento" a principal empresa denunciada, a Seval, fixava a comissão de 10% a 20% dos valores liberados.

## Bonifácio diz que não existe excesso de servidores, e sim má distribuição

"O que há no Brasil não é excesso de servidores; o que há é má distribuição", ressaltou ontem em plenário o senador José Bonifácio (PPB-TO), ao explicar que, enquanto em alguns setores do governo federal pode haver excesso, em outros existe falta de pessoal. Para o senador, esse é um erro que a administração pública poderia resolver facilmente por meio de remanejamento, até porque "basta querer".

Bonifácio indaga se o simples fato de o governo demitir servidores públicos vai resultar em solução para as deficiências que o Brasil enfrenta em saúde, educação e segurança pública. Ele explicou que, apesar de os servidores serem mostrados



José Bonifácio

como pessoas que ganham altos salários, dados publicados pelo Ministério da Administração revelam que, em outubro de 1995, apenas 0,3% dos funcionários civis do Executivo ganhavam remuneração superior a R\$ 6.500,00. "Por que não se falar do outro extremo, em que 11,8% ganham remuneração inferior a R\$ 500,00?", indagou

o parlamentar.

Criticando "a verdadeira obsessão do governo pela redução do número de servidores", José Bonifácio também questionou por que não se providenciam mecanismos adequados de formação, treinamento e reciclagem de servidores, ao invés de apontar apenas sua incompetência e despreparo. Disse também que, se o serviço público vai mal, a culpa não é dos funcionários, mas do próprio governo, que não sabe conduzir uma política consistente de administração. Na opinião do parlamentar, se o País ainda funciona "é porque há um grande número de servidores que se dedicam ao trabalho com afinco e competência".

# CAS aprova emenda a projeto sobre previdência

*O autor, José Eduardo Dutra, diz que sua iniciativa visa a solucionar problemas de estados e municípios que, com a instituição do Regime Jurídico Único, criaram sistemas próprios*

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprovou na manhã de ontem emenda de plenário a projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados regulamentando dispositivo constitucional que prevê, para efeito de aposentadoria, a compensação financeira entre os diversos sistemas de previdência social.

Segundo o autor da emenda, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), sua iniciativa visa a solucionar o problema de estados e municípios que, antes da promulgação da Constituição de 88, contratavam servidores pelo regime celetista e, com a instituição do Regime Jurídico



José Eduardo Dutra

Único, criaram caixas de previdência para seus funcionários.

Conforme argumenta o relator da matéria, em seu parecer favorável à modificação proposta, no texto original do projeto não existe em

sentido estrito uma compensação financeira, e sim um verdadeiro perdão de dívida de estados e municípios junto à Previdência Social.

A comissão aprovou também parecer favorável do senador Romero Jucá (PFL-RR) a projeto de lei da Câmara que inclui dispositivo no Estatuto do Trabalhador Rural estabelecendo que a cessão de moradia e de sua infra-estrutura básica, bem como de bens destinados à produção para subsistência pessoal e familiar, não integram o salário dos empregados rurais.

As duas matérias aprovadas serão submetidas agora ao plenário do Senado.



Romero Jucá

## Romero Jucá saúda parlamentares pela aprovação do imposto

O senador Romero Jucá (PFL-RR) congratulou ontem os deputados federais pelo consenso a que chegaram para a aprovação, na quarta-feira, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Os recursos gerados pelo novo tributo são fundamentais para recuperar, minimamente, a indigência a que está entregue a área de saúde do País, disse.

Jucá, que foi o relator da subárea de Saúde, Trabalho e Assistência Social do Orçamento Geral da União para o ano de 1996, garantiu que sem a CPMF seria impossível que o ministro Adib Jatene conseguisse realizar "uma política razoável".

A aprovação da CPMF, no entanto, é um primeiro passo, na opinião do senador. Para que o Ministério da Saúde não continue de pires na mão, dependendo de recursos provisórios, é preciso uma reforma tributária em ritmo de urgência, afirmou Jucá.

## Odacir Soares rebate críticas à CPMF

O senador Odacir Soares disse que a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que ele sempre defendeu, recompensa a persistência do ministro Adib Jatene e devolve a esperança a milhões de brasileiros. O senador rebateu críticas dos que, pela imprensa, tentaram induzir os leitores a acreditar que os valores destinados à saúde são mal utilizados e, portanto, não valeria a pena conceder novos recursos ao setor.

Odacir Soares transcreveu trechos de carta-respondida que André César Medici - um dos autores do trabalho *Evolução e Perspectivas dos Gastos Públicos em Saúde*, elaborado sob encomenda do



Odacir Soares

Banco Mundial - enviou à redação do *Jornal do Brasil*, contestando informações e interpretações ali publicadas sobre o documento. Segundo Medici, a imprensa tem dado muito pouca atenção às medidas do Ministério da Saúde no combate às fraudes e não tem observado as transformações lentas e graduais

que o governo brasileiro está fazendo para conquistar maior eficiência e eficácia nas políticas sociais e de saúde.

Dentre as muitas outras observações do técnico do Banco Mundial, Odacir Soares destacou a que garante serem as fraudes muito mais uma consequência do que a causa dos problemas que enfrenta o setor da saúde no Brasil. "Esse argumento retira o trombone da boca dos que insistem em alardear as fraudes como impedimento incontestável à concessão dos recursos da CPMF ao Sistema Único de Saúde", garantiu o senador, lembrando que o ministério, atualmente, vive dilemas cruciais na distribuição de suas poucas verbas.

# Fernando Bezerra defende reformas constitucionais para sucesso do Real

*A extinção do PIS e da Cofins, "por se tratar de impostos em cascata", foi outro ponto levantado pelo senador em plenário*

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) disse ontem que a consolidação do Plano Real depende da aprovação das reformas constitucionais mais profundas, como a tributária, a administrativa e a da previdência. A seu ver, se elas não forem implementadas, o plano estará correndo o risco de não alcançar os resultados desejados.

- Um exemplo ilustra a importância fundamental das reformas administrativa e previdenciária. Considerando apenas o governo federal, os gastos com pessoal e aposentadorias aumentaram de 7% do PIB em 1988 para mais de 11% no ano passado. A redução do déficit público este ano para cerca de 3% do PIB está longe de ser suficiente e não existem garantias de que será possível viabilizar nova diminuição, muito menos em bases permanentes - disse o parlamentar.

Fernando Bezerra destacou que a deterioração do quadro fiscal ocorrida em 95 torna a busca do equilíbrio nas con-



Fernando Bezerra

tas públicas um imperativo para a condução da política econômica. Para o senador, a reforma tributária incentivaria a competitividade do setor produtivo brasileiro, ressaltando que não compreende por que o governo federal estimula a aprovação da CPMF que, a seu ver, vai aumentar o "custo Brasil", dificultando a produção nacional.

O senador sugeriu que o Congresso Nacional também deveria dar mais atenção à disposição do Executivo de buscar avanços em leis ordinárias ou na adoção de medidas que dependam apenas de uma decisão de governo. Fernando Bezerra citou como exemplo a eliminação do PIS

e da Cofins na sua configuração atual, por se tratarem de impostos em cascata, que impedem a elevação da capacidade competitiva das empresas nacionais. Outra medida, conforme o senador, é a modernização dos procedimentos utilizados pela Justiça do Trabalho referente à resolução de conflitos, "visando tornar as relações trabalhistas mais dependentes de negociação do que de legislação".

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse estranhar que o governo pressione para obter as reformas constitucionais, mas quando estas são aprovadas relega ao abandono a legislação complementar. Lembrou que só agora estão chegando ao Congresso os projetos de lei complementar referentes a emendas constitucionais aprovadas em agosto do ano passado.

O pronunciamento de Fernando Bezerra teve apoio, em aparte, dos senadores Lauro Campos (PT-DF) e José Alves (PFL-SE).

## Lobão quer evitar demissões do Banespa no Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez apelo ontem aos interventores do Banespa e Banco Central para que revejam o programa de ajuste da



Edison Lobão

instituição financeira controlada pelo estado de São

Paulo, no sentido de evitar a dispensa em massa, "que viria agravar o já desesperador problema de desemprego no País".

Adiantou o senador que, segundo informações da associação de funcionários do banco,

as demissões previstas pelo programa devem atingir 40% dos funcionários da agência em São Luís. Edison Lobão lamentou o fato, tendo em vista principalmente que o Banespa, considerado o terceiro maior banco do País, ganhou projeção nacional por conseguir formar quadro de funcionários extremamente qualificados.



Ney Suassuna

## País requer planos para o futuro, diz Ney Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que o governo federal precisa elaborar uma política de longo prazo para o País. A seu ver, o governo deve apresentar objetivos e metas definidas para orientar a população quanto aos planos governamentais.

- O meu apelo é para que o governo tire uma parte de sua inteligência para começar a pensar no futuro do País. Existem muitos burocratas que precisam ser utilizados na elaboração dessa política de longo prazo.

Suassuna defendeu também a redução dos gastos públicos. Ele disse que o País deve pensar em ter uma poupança e não gastar além do que arrecadar.

- É preciso colocar a casa em ordem, custe o que custar. Nós do Congresso não estamos controlando a emissão de títulos federais - afirmou o senador.

Ney Suassuna manifestou ainda sua preocupação com o sistema financeiro nacional.

- Quando olhamos para esse sistema só vemos rombo, rombo e rombo de milhões de reais - disse ele.

# Coutinho defende política urbana para pequenas e médias cidades do País

Senador faz relato em plenário dos trabalhos da Conferência Habitat 2, da qual participou junto com outros parlamentares

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) afirmou ontem que, a partir dos compromissos que o Brasil assumiu na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - a Habitat 2, realizada em Istambul, o País deve discutir urgentemente uma política urbana que ofereça não só solução para as metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também para as pequenas e médias cidades brasileiras.

- O momento é importantíssimo para discutir temas tão relevantes - disse o senador, informando que em agosto a comissão temporária do Senado designada para participar daquela conferência começará a elaboração de uma proposta de política urbana para o País.

O senador fez, em plenário, um relato dos trabalhos da conferência, da qual participou, ao lado dos senadores Íris Rezende (PMDB-GO), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Esperidião Amin (PPB-SC) e Júlio Campos (PFL-MT). Ele considera irreversível o processo de urbanização do mundo, assim como do Brasil, onde mais de 70% da população já se encontra nas cidades.

Segundo Coutinho Jorge, o principal objetivo da Habitat 2 foi a formulação de um plano de ação capaz de orientar decisões em assentamentos humanos para as primeiras décadas do próximo século. A meta de todos os participantes do evento, explicou, foi a criação de assentamentos urbanos sustentáveis para garantir habitação adequada para todos. Também disse que houve consenso para a aprovação do documento final que consagra a moradia como um dos direitos humanos fundamentais.

Em aparte, o senador João Rocha (PFL-TO) disse que o

principal defeito do Brasil é ser um país de grande extensão territorial, em cujo espaço se multiplicam problemas tão diferentes como são diferentes os estados do Amazonas e São Paulo. "Somos um país em que a maior região - a Norte - é também a região de maior concentração da miséria", exemplificou ele. Rocha propôs que os resultados da Conferência Habitat 2 sejam adaptados à realidade brasileira.



Coutinho Jorge

## Marina aponta competência de administradores eleitos pelo PT

"O Partido dos Trabalhadores tem competência e credibilidade para governar o País", disse ontem a senadora Marina Silva (PT-AC), ao comentar que, dos 630 projetos que foram inscritos para concorrer ao prêmio "Gestão Pública e Cidadania", a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford selecionaram vinte como os mais inovadores na esfera pública brasileira.

Segundo a senadora, desses projetos, oito foram realizados por prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores, "o que quer dizer que o PT tem competência e credibilidade para governar o País".

Marina Silva informou que, dos vinte projetos até agora selecionados, cinco serão escolhidos como ganhadores do prêmio, ao qual estarão concorrendo dois projetos da Prefeitura de Rio Branco: o Casa Rosa Mulher,

que dá assistência a mulheres sujeitas à violência doméstica ou à prostituição; e o Pólo Agroflorestal, um assentamento agrícola destinado a reverter o exódo rural de seringueiros e agricultores.

A senadora pelo Acre também elogiou matéria apresentada no *Jornal Nacional*, da TV Globo, segundo a qual a pavimentação das BRs 364 e

317, no Acre, está sendo feita por empresa de propriedade do governador do estado, Orleir Cameli. Marina Silva disse que, em diligência conjunta, a Procuradoria da República e a Polícia Federal descobriram, nos tratores e máquinas, a logomarca Marmud Cameli, por baixo de adesivos da empresa Emsa, que executa a obra. A senadora disse que o governador já responde a sete processos no STJ e, se condenado, poderá pegar cem anos de prisão.



Marina Silva



Joel de Hollanda

## Hollanda quer escola técnica para Caruaru

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) apresentou ontem, em plenário, projeto de lei que autoriza o Executivo a criar a Unidade Descentralizada da Escola Técnica Federal de Pernambuco no município de Caruaru. Conforme a proposição, a escola manterá cursos de nível médio e profissionalizante, a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Na justificativa do projeto, Joel de Hollanda argumenta que o estado de Pernambuco já dispõe de uma excelente escola técnica federal. Entretanto, ela não é suficiente para formar toda a mão-de-obra que a região necessita. "As unidades descentralizadas representam uma solução viável, na medida em que otimizam o uso da capacidade física e pedagógica da escola técnica e preenchem lacunas na oferta de educação profissional. É o que ocorre, por exemplo, com as unidades descentralizadas já existentes em Petrolina e Pesqueira, que vêm desenvolvendo excelente trabalho", acrescentou.

- Por ser um dos principais municípios do estado, Caruaru resente-se da falta de uma instituição de qualificação de seus jovens trabalhadores - disse Hollanda, observando que a rede pública de ensino é insuficiente para absorver os alunos que concluem o primeiro grau.



Ernandes Amorim

## Amorim pede fiscalização em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) pediu ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Tribunal de Contas da União (TCU) determinem uma rigorosa fiscalização na aplicação dos recursos federais em Rondônia. Ele afirmou que estão ocorrendo verdadeiros desmandos com o desvio de verbas públicas no estado.

Amorim destacou que está considerando a possibilidade de pedir a intervenção do Tribunal Superior do Trabalho no TRT de Rondônia. O senador considera excessivamente elevados os gastos que estão sendo feitos para a conclusão da sede daquele órgão, em que já foram empregados R\$ 20 milhões. O senador afirmou que foram desviados R\$ 9 milhões, recursos recentemente liberados para o término da obra.

É muito dinheiro para desaparecer entre Brasília e Rondônia. Os Estados Unidos gastaram US\$ 150 milhões em Atlanta para abrigar 10 mil atletas do mundo inteiro durante a Olimpíada. Enquanto isso, o TRT já gastou R\$ 20 milhões e a obra ainda não foi concluída. Isso é uma vergonha - afirmou Ernandes Amorim.



A Comissão da Amazônia programa várias audiências para o período de convocação

## Comissão da Amazônia convida Kandir a debater Orçamento

*Audiência pública está prevista para o dia 25. Também deverão ser ouvidos neste mês governador, prefeito, professores e secretário*

A comissão especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia decidiu ontem convidar o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, para audiência pública no próximo dia 25, a fim de debater a elaboração do Orçamento de 1997. A sugestão partiu do relator da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Argumentando que o Executivo já manda a peça orçamentária pronta para o Congresso, Ademir Andrade disse que a função "prioritária e emergencial" da comissão, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), é acompanhar a elaboração da proposta para o próximo ano, visando a defender os interesses da região amazônica, que, a seu ver, foram praticamente esquecidos no Orçamento de 96.

Conforme a pauta de trabalho definida na reunião de ontem, a comissão deverá se reunir durante o período de convocação extraordinária, a fim

de ouvir também o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, o prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, os professores Samuel Benchimol e Armando Mendes e o secretário executivo da Amazônia

Legal, Antonio José Lourenço Seixas. A senadora Marina Silva (PT-AC) e o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disseram que o debate enriquecerá os trabalhos da comissão.

## Wilson anuncia verbas para BR-101

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) anunciou ontem a retomada, em breve, da construção de uma segunda pista no trecho da rodovia BR-101 entre os municípios de Cabo e Prazeres, em Pernambuco, com a liberação de R\$ 25 milhões divulgada pelo governo federal. Disse que a ordem de construção ocorrerá ainda esta semana.

Explicou o senador que a duplicação do trecho citado, na região metropolitana do Recife, é uma antiga reivindicação da população, das

prefeituras e dos motoristas. A estrada, devido à situação em que se encontra, está sendo chamada de *Rodovia da Morte*.

Carlos Wilson afirmou que, embora a capacidade da rodovia seja apenas de três mil veículos por dia, trafegam naquele trecho cerca de 20 mil automóveis diariamente. Trata-se, segundo

esclareceu, da principal ligação de Pernambuco com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e com a Paraíba e o Rio Grande do Norte.



Carlos Wilson

# Campos quer transporte coletivo em ferrovia

*Para senador, utilização do trecho Brasília-Luziânia representa solução de baixo custo, com mais conforto, e evitará congestionamentos perigosos na rodovia BR-040*

A utilização do trecho ferroviário entre Brasília e Luziânia (GO) para o transporte coletivo foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) como solução de baixo custo e de grande utilidade na solução dos problemas e perigos que enfrentam os moradores da região em seus deslocamentos através da BR-040, que atende à região.

Júlio Campos pediu ao ministro dos Transportes e aos governadores de Goiás e do Distrito Federal que promovam os estudos necessários



Júlio Campos

e concretizem a adaptação da linha ferroviária para que se possa atender não só aos habitantes de Luziânia, como também aos de outros

núcleos, como Gama, Novo Gama, Santa Maria, Pedregal, Lago Azul, Valparaíso e Cidade Ocidental.

- Grande parte da população ali residente desloca-se diariamente para Brasília, aos seus empregos ou para gerir seus negócios, de carro ou de ônibus, congestionando a BR-040, consumindo tempo e criando constante situação de perigo - disse o senador, lembrando que por essa rodovia trafegam caminhões e ônibus provenientes de São Paulo e do Sudeste, com todo tipo de carga.

Argumenta ainda Júlio Campos que pela ferrovia circulam apenas dois trens por dia, transportando basicamente combustível. Com a instalação do poliduto para transporte de derivados de petróleo da refinaria de Paulínia para Brasília, esse trecho tenderá a transformar-se "em fantasma deitado à margem das cidades, enquanto a rodovia se congestionará cada vez mais e provocará sempre mais irritação dos usuários, atropelamentos e mortes", assegurou Júlio Campos.

## José Serra presta homenagem a Franco Montoro

O senador José Serra (PSDB-SP) homenageou ontem o deputado, ex-senador e ex-governador Franco Montoro (PSDB-SP) pelo transcurso de seus 80 anos. Serra afirmou que Montoro é símbolo e referência da luta pela democracia no Brasil e o grande patrono do PSDB, do qual é presidente de honra.

- Brasileiros e tucanos têm o que comemorar - disse o senador.

Serra lembrou que, desde jovem, o deputado buscou na militância política

o caminho para pôr em prática seus ideais de liberdade e justiça social. Ressaltou que Montoro foi vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, governador e ministro do Trabalho, quando criou o salário-família e autorizou o funcionamento de sindicatos rurais, até então proibidos.

A participação de Franco Montoro na criação do MDB também foi destacada por Serra. O senador disse que, a partir de 1974, Montoro esteve à frente de todos os grandes eventos que marcaram a reconquista da



José Serra

democracia no País: a anticandidatura de Ulysses Guimarães, a candidatura do general Euler Bentes Monteiro em oposição ao general Figueiredo, a cam-

panha da anistia, a transformação do MDB em PMDB.

Serra citou ainda dois fatos originados "da notável percepção política de Montoro": o movimento das Diretas Já e a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República pelo Colégio Eleitoral. O senador afirmou que, ao completar 80 anos, Montoro exibe a mesma energia da juventude.

- Energia, como gostava de dizer o saudoso Ulysses, capaz de iluminar uma cidade - afirmou Serra.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agnaciê da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djulba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal